



## COMUNICADO AOS SÓCIOS

*3 de Fevereiro de 2023*

Caros associados

A direção do **Sindicato Nacional de Polícias Municipais (SNPM)** vem comunicar aos seus associados a forma como decorreu a reunião tida com a Sra. Secretária de Estado da Administração Pública (SEAP), Dra. Inês Ramires, no passado dia 31 de janeiro, no âmbito do acordo plurianual, celebrado entre a FESAP e o Governo, e que tinha como ordem de trabalhos a calendarização da revisão das carreiras não revistas, onde se insere a Carreira das Polícias Municipais.

A direção do SNPM integrou a delegação da FESAP, da qual faziam parte vários dirigentes de outros sindicatos, de carreiras não revistas, bem como o Secretário-Geral da FESAP, José Abraão.

A reunião iniciou-se com a SEAP a apresentar e dissertar, em defesa, um projeto ainda muito embrionário de um novo SIADAP 1, 2 e 3, em que a novidade de maior relevância, é que o mesmo terá ciclos avaliativos anuais, com início em 2025. Este tema lançou a discussão durante cerca de 40 minutos, uma vez que todos os dirigentes presentes, criticaram a falta de criatividade e inovação por parte do Governo, fazendo questão de referir que será incomportável suportar mais um biénio de avaliação com um sistema avaliativo caduco, em que todos os intervenientes concordaram estar completamente desajustado, uma vez que promove a desigualdade de oportunidades e tem trazido grandes injustiças na progressão das carreiras dos funcionários públicos, mas que fazem questão de manter.

Seguidamente, a SEAP informou que iria apresentar a calendarização do processo de revisão das carreiras não revistas, socorrendo-se se uma assessora, que fazia parte de um grupo de 6 elementos que a acompanhavam na reunião.

Iniciou uma apresentação de quatro diapositivos, em que o primeiro fazia um breve apontamento acerca do processo legislativo de 2008, aquando da convergência das múltiplas carreiras existentes nas três grandes carreiras gerais, respetivamente, a de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional. No entanto, deixou subsistentes várias carreiras especiais, onde se inclui a carreira de Polícia Municipal, que o Governo de então se comprometeu a regulamentar, mas nunca o fez, ficando, por isso, a fazer parte do catálogo das carreiras não revistas.

O segundo diapositivo apresentado fazia referência às carreiras que, entretanto, foram regulamentadas, bem como a data dessa revisão.

Não obstante, para grande espanto de todos, surge um terceiro diapositivo que apenas referia que, nos termos do acordo celebrado, o Governo propõe-se regulamentar, em 2023, uma série de carreiras não revistas, das quais faz parte a de Polícia Municipal, sem, contudo, apresentar um plano de calendarização. Deixava a sensação de que, até dezembro do presente ano, estaria o Governo em tempo de cumprir a tarefa.

A SEAP refere que a carreira de Informática será alvo de revisão na própria Secretaria de Estado da Administração Pública e que as restantes seriam setoriais, o que no caso da Polícia Municipal será na Secretaria Estado da Administração Local.

Termina então a apresentação com a calendarização da regulamentação das carreiras de técnicos de saúde e de reinserção social, para 2024.

Posto isto, gerou-se um grande clima de mau estar na sala em virtude do sentimento de decepção que todos os dirigentes manifestaram.

O Secretário-Geral da FESAP, José Abraão, tomou de imediato a palavra e disse que, se nos três primeiros meses do ano, a carreira de Polícia Municipal não for valorizada, tomar-se-iam medidas de contestação sindical por indignação de tamanha injustiça, uma vez que, tratando-se de uma carreira de grau de complexidade dois, está neste momento a ser remunerada pelo valor do Assistente Operacional, ou seja, pela Base Remuneratória da Administração Pública, equivalente ao salário mínimo nacional.

A SEAP interrompeu José Abrão, dizendo muito indignada que não se podia comprometer em regulamentar a carreira de Polícia Municipal em três meses, uma vez que, para isso, estaria o Governo obrigado a consultar as Forças de Segurança.

Com esta declaração, a SEAP demonstrou total incompetência em razão da matéria das Polícias Municipais, o que obrigou o presidente do SNPM, Pedro Oliveira, a pedir a palavra e contestar tal afirmação, transmitindo que, no imediato, só está em causa retificar a desvalorização que o Governo provocou na carreira de Polícia Municipal, com a revisão que tem vindo a fazer à carreira geral de Assistente Técnico e outras, como a de Fiscalização Geral, e que, para tal, não teve de consultar nenhuma entidade.

Referiu ainda Pedro Oliveira, que o próprio SNPM trazia para apresentar um projeto de valorização salarial que iria entregar, de imediato, no sentido de cessar com tamanho desrespeito e injustiça. Nesse momento, a SEAP fez questão de afirmar que o Governo está a par da situação decadente que se vive na carreira de Polícia Municipal.

De seguida, a SEAP levantou-se para receber o projeto da mão do Presidente da FESAP, que tinha ficado incumbido de o entregar.

A reunião terminou num clima de frustração e consternação por parte de todos os dirigentes.

O Presidente da FESAP, já fora do Conselho de Ministros, informou o Presidente do SNPM que já solicitou uma reunião com o SEAL e que a mesma será marcada para breve.

O SNPM encontra-se, neste momento, a estudar medidas de contestação de longa duração sem perda de remuneração, como a greve de zelo e a greve administrativa, que irá anunciar a partir do mês de março, caso não se verifique evolução por parte do Governo, na reparação desta discriminação pela desvalorização provocada na carreira de Polícia Municipal.

A direção do SNPM apela a todos os Polícias Municipais que acompanhem e apoiem o SNPM nestas medidas, pois só uma adesão em massa levará os Municípios a intervirem junto do Governo para que se acabe com esta injustiça.

A situação nas Polícias Municipais tornou-se insustentável. Os assistentes técnicos com um ano de serviço auferem um salário superior a Agentes de Polícia com 20 anos de serviço, como é o caso dos Agentes de Cabeceiras de Basto.

O SNPM agradece a confiança e o apoio que os seus associados têm demonstrado com esta Direção e reafirma que tudo irá fazer para que, no mais curto espaço de tempo, se traga justiça salarial aos Agentes de Polícia Municipal.

**Pedro Oliveira**

Presidente do Sindicato Nacional das Polícias Municipais